

## **DIREITOS HUMANOS EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/SE**

Marcos Antônio Machado Feitosa da Cruz<sup>1</sup> (PROBIC/UNIT), e-mail:  
marcos.amachado@souunit.com.br;

Joana Silva Rocha<sup>2</sup>(PROVIC/UNIT), e-mail: joana.rocha@souunit.com.br;

Fernanda Oliveira Santos<sup>3</sup> (Orientadora), e-mail: fernanda.osantos@souunit.com.br

<sup>1</sup>Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

<sup>2</sup>Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

<sup>3</sup>Universidade Tiradentes/Aracaju/SE

**6.01.00.00-1 – Direito; 6.01.01.00-8- Teoria do Direito;**

### **RESUMO**

**Introdução:** “Na formulação da CRFB/1988, a EDH aparece interligada de modo que constitui uma orientação geral para a política educacional brasileira. A Carta Magna, denominada de Constituição Cidadã, abriu caminho para outros desdobramentos históricos nas áreas da educação e dos DH”. (Cordeiro; Friede; Miranda, 2023, p.4)<sup>1</sup>. Nesse sentido, o direito à educação, previsto no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>2</sup>, assegura garantias aos cidadãos, como qualidade de vida no âmbito social, uma vez que essa prerrogativa proporciona melhorias no tocante ao desenvolvimento e formação intelectual. Decerto, o projeto apresentado tem o enfoque de implementar a educação acerca dos direitos humanos, com o objetivo de os estudantes demonstrarem interesse nas prerrogativas consolidadas no ordenamento jurídico, como a Constituição Federal, além de potencializar o ensino sobre as suas garantias, haja vista que “Apenas 7% dos brasileiros afirmam conhecer “muito” sobre os direitos humanos” (Nações Unidas,2022)<sup>3</sup>. **Objetivo(s):** O objetivo geral do projeto é mapear as iniciativas para a implementação da educação em direitos humanos nas escolas municipais de ensino básico do município de Areia Branca/SE, no intuito de analisar a conformidade com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e os objetivos específicos são: investigar o marco legal da educação em Direitos Humanos no Brasil, compreender a perspectiva de Direitos Humanos inscrita no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, cpear as práticas pedagógicas direcionadas à educação em Direitos Humanos aplicadas no ensino médio do município de Areia Branca/Se e identificar nas práticas mapeadas a adequação com as diretrizes do PNEDH. **Metodologia:** Primeiramente, a visita na Secretaria de Estado da Educação e Sergipe (SEDUC)<sup>4</sup> para levantar dados acerca das políticas públicas relacionada aos direitos humanos. Observa-se que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi retomado de forma gradativa e não seguiu o fluxo que deveria e, por conseguinte, o plano não teve retorno. Ademais, destaca-se os seguintes programas e ações realizadas na rede pública estadual, Pauta Ético- Racial, Programa Acolher, voltado para o direito da criança e do adolescente) e políticas de ações afirmativas que repercutem na questão curricular. Há um setor que cuida das pessoas com inclusão (SEINC) e o selo pré – cuidado e racial que defende as questões sociais, ou seja, projetos com temáticas importantes

descritos acima e pedagógicos. Em relação às escolas do Município de Areia Branca, destaca-se o Diretor Regional da Educação, Gladston dos Santos, para recorrer acerca dos direitos humanos nas instituições de rede pública. **Resultados:** Após a visita na Secretaria de Estado da Educação e Sergipe (SEDUC), observa-se os projetos implementados, a exemplo, do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual transforma o currículo em ação e desenvolve atividades voltadas para a proteção dos direitos humanos. No Colégio Estadual Guido Azevedo, destaca-se a realização de debates acerca do papel social da mulher e de projetos antirracistas. **Conclusão:** Portanto, observa-se que a partir do levantamento de dados estabelecidos, há diversos projetos e programas que buscam implementar a educação em direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos, educação, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH).

## ABSTRACT

**Introduction:** “In the formulation of the 1988 Brazilian Federal Constitution, human rights education appears interconnected in such a way that it constitutes a general orientation for Brazilian educational policy. The Magna Carta, called the Citizen Constitution, paved the way for other historical developments in the areas of education and human rights.” (Cordeiro; Friede; Miranda, 2023, p.4)<sup>1</sup>. In this sense, the right to education, provided for in Article 6 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil<sup>2</sup>, ensures guarantees to citizens, such as quality of life in the social sphere, since this prerogative provides improvements regarding intellectual development and training. Certainly, the presented project focuses on implementing education about human rights, with the objective of students demonstrating interest in the prerogatives consolidated in the legal system, such as the Federal Constitution, in addition to enhancing teaching about its guarantees, given that “Only 7% of Brazilians claim to know “a lot” about human rights” (United Nations, 2022)<sup>3</sup>. **Objective(s):** The overall objective of the project is to map initiatives for the implementation of human rights education in municipal elementary schools in the municipality of Areia Branca/SE, in order to analyze compliance with the National Plan for Human Rights Education (PNEDH). The specific objectives are: to investigate the legal framework for human rights education in Brazil, to understand the human rights perspective inscribed in the National Plan for Human Rights Education, to identify the pedagogical practices directed towards human rights education applied in secondary education in the municipality of Areia Branca/SE, and to identify the adequacy of the mapped practices with the PNEDH guidelines. **Methodology:** First, a visit was made to the State Secretariat of Education of Sergipe (SEDUC)<sup>4</sup> to gather data on public policies related to human rights. It was observed that the National Plan for Human Rights Education (PNEDH) was resumed gradually and did not follow the expected path, and consequently, the plan did not see a return. Furthermore, the following programs and actions carried out in the state public network stand out: the Ethical-Racial Agenda, the Acolher Program (focused on the rights of children and adolescents), and affirmative action policies that impact the curriculum. There is a sector that cares for people with inclusion needs (SEINC) and the pre-care and racial seal that defends social issues, that is, projects with important themes described above and pedagogical ones. Regarding the schools in the Municipality of Areia Branca, the Regional Director of Education, Gladston dos Santos, is highlighted as a resource for addressing human rights in public network institutions. **Results:** After the visit to the State Secretariat of Education of Sergipe (SEDUC), the implemented projects were observed, for example, the Political Pedagogical Project (PPP), which transforms the curriculum into action and develops activities aimed at protecting human rights. At the Guido Azevedo State School, the holding of debates on the social role of women and anti-racist projects stands out. **Conclusion:** Therefore, it can be observed that, based on the established data, there are several projects and programs that seek to implement human rights education.

**KEYWORDS:** Human Rights, Education, National Plan for Human Rights Education (PNDH).

## REFERÊNCIAS/REFERENCES:

<sup>1</sup>CORDEIRO, Francisco Antônio Vieira; FRIEDE, Roy Reis; MIRANDA, Maria Geralda de. **Educação em direitos humanos na perspectiva de docentes da rede pública do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280019, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280019>. Acesso em: 15 out. 2025.

<sup>2</sup>BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 out. 2025.

<sup>3</sup>UNITED NATIONS. Site das Nações Unidas: notícias. “**Apenas 7% dos brasileiros conhecem “muito” sobre direitos humanos e igualdade de gênero**”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806782>. Acesso em: 15 set. 2025.

<sup>4</sup>SERGIPE. **Secretaria de Estado da Educação e da Cultura**. Portal da SEDUC. Aracaju, SE: Governo de Sergipe, [s.d.]. Disponível em: <https://seduc.se.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.